

Carlitos Cadangue: mais uma vítima do esquadrão da morte?

● O relato de Carlitos Cadangue, jornalista e correspondente do Grupo Soico na província de Manica, segundo o qual os indivíduos que atentaram¹ contra a sua vida, no dia 4 de Fevereiro de 2026, trajavam uniformes da Polícia da República de Moçambique (PRM), constitui um facto de extrema gravidade. Infelizmente, trata-se de um episódio que já não surpreende no contexto moçambicano, tendo em conta a tendência crescente de casos em que agentes da Polícia são associados a actos de violência e criminalidade.



Ainda que se admita a possibilidade de indivíduos mal-intencionados recorrerem ao uso de fardamento policial para dissimular as suas acções, a natureza do ataque, o perfil do jornalista e a relevância do trabalho que vinha desenvolvendo empurram a análise para a hipótese de um atentado motivado pelo incómodo que a sua actividade jornalística causou a interesses instalados, particularmente no sector da mineração. Este contexto reforça a percepção da existência de esquadrões² da morte em Moçambique, grupos que operam sob a sombra do sector securitário do Estado, com alvos seleccionados entre opositores políticos do regime, jor-

nalistas, activistas e críticos. A existência destes grupos foi inequivocamente demonstrada durante o julgamento do caso do assassinato do activista Anastácio Matavel, no qual se provou que os executores pertenciam ao Grupo de Operações Especiais da PRM.

Para além de constituir uma grave violação do direito à vida e da liberdade de imprensa, a actuação dos esquadrões da morte representa um ataque directo aos fundamentos da democracia moçambicana. Quando agentes armados, associados ou protegidos pelo aparelho do Estado, recorrem à violência para silenciar vozes críticas, instala-se um regime de medo que destrói a confiança nas institu-

¹ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2026/02/Jornalista-Carangue-sofre-atentado-perpetrado-por-individuos-que-envergavam-uniforme-da-PRM.pdf?fbclid=IwY2xjawP06UJleHRuA2FlbQlxMABicmlkETE4OEZBOWtnNVhrZ0ZaaTROc3JOYwZhchBfaWQOMjlyMDM5MTc4ODlwMDg5MgABHhKHuTi1VtIFANlieJgE-fAQDW-WhRm7VoKEuPss91slqE4rz49d76yp9Ze0_aem_yldLxGeFYhmoAplufCAuA

² https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/Esquadrões-da-Morte-a-Solta-em-Mocambique-.pdf?fbclid=IwY2xjawJBDjleHRuA2FlbQlxMAABHcp_oV8UPI19s8x-ko_1wflYo0pqZUoqXcOtHTZl45y8K0YlyzB1faVLfiw_aem_ZfHdIXIOI529a7MGw6bq3g

ições públicas e anula o exercício das liberdades fundamentais.

O ATENTADO, O CONTEXTO E O ATAQUE À LIBERDADE DE IMPRENSA

Carlitos Cadangue foi alvo de um atentado enquanto realizava uma série de coberturas jornalísticas sobre temas sensíveis na província de Manica, com especial incidência na mineração³ de ouro e nos seus impactos ambientais e sociais. O jornalista acompanhava de perto o sector mineiro e produzia reportagens que contribuíram para a suspensão de actividades mineiras.

Durante estas reportagens, nomes sonantes, incluindo antigos e actuais dirigentes, a nível local e nacional, foram apontados como detentores de interesses directos na actividade mineira, facto que terá aumentado o nível de exposição e o risco associado ao seu trabalho. Este enquadramento reforça a leitura de que o atentado não se tratou de um acto isolado de criminalidade comum, mas de uma acção deliberada, destinada a intimidar e silenciar o jornalismo investigativo.

ESQUADRÕES DA MORTE: UMA PRÁTICA ANTIGA E PERSISTENTE

A existência de esquadrões da morte em Moçambique não é recente⁴. Desde o governo de Joaquim Chissano, passando pelos mandatos de Armando Guebuza e Filipe Nyusi, estes grupos têm sido utilizados como instrumentos de intimidação e silenciamento de opositores políticos.

Numa fase inicial, sobretudo na cidade de Maputo, as suas acções visavam “queimar arquivos”, eliminando pessoas envolvidas em esquemas de corrupção ou detentoras de informações sensíveis sobre o poder político. As execuções eram geralmente levadas a cabo de forma discreta, durante a noite, em locais como o campo do Costa do Sol e, mais tarde, na zona de Chihango.

Fora da capital, os esquadrões da morte

concentraram-se na eliminação de membros e simpatizantes da Renamo nos distritos, considerados pilares da sua força eleitoral. Nas províncias de Manica, Gaza, Sofala, Zambézia e Nampula, inúmeros militantes do partido da oposição foram assassinados, levando muitos a procurar refúgio em igrejas, enquanto as suas famílias passaram a ser alvo de perseguições sistemáticas.

A INTENSIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CONSULADO DE FILIPE NYUSI

A actuação dos esquadrões da morte tornou-se particularmente alarmante durante o mandato⁵ de Filipe Nyusi. Em 2015, pouco depois da sua tomada de posse, o professor Gilles Cistac, constitucionalista e defensor da descentralização, uma das principais exigências da Renamo para pôr fim à guerra, foi brutalmente assassinado. A partir desse momento, registou-se uma escalada de ataques contra jornalistas, defensores de direitos humanos e observadores eleitorais.

O assassinato do activista e observador eleitoral Anastácio Matavel, no dia 7 de Outubro de 2019, na cidade de Xai-Xai, província de Gaza, marcou um ponto de viragem. Crivado de 11 balas em plena luz do dia, Matavel foi executado por agentes ligados às forças de segurança do Estado, evidenciando de forma clara a instrumentalização do aparelho securitário para silenciar vozes críticas, sobretudo em períodos eleitorais.

O AUGES DA VIOLÊNCIA POLÍTICA

O ano de 2024 representou o ápice desta violência. Informações sobre alvos a serem eliminados passaram a circular abertamente nas redes sociais, numa clara demonstração de impunidade. Um dos primeiros episódios desta fase foi o assassinato⁶ do advogado Elvino Dias e do político Paulo Guambe, ambos mortos a tiros num crime que havia sido previamente anunciado por figuras próximas do poder.

A tomada de posse do Presidente da República, Daniel Chapo, a 15 de Janeiro de 2025, foi igualmente marcada por actos de repressão brutal, incluindo o assassinato⁷ de três jovens na madrugada do evento: Stephen Diogo Siteo, Abubacar Ibraimo Massual e Nomene Tamare Siteo. Estes jovens foram mortos por um esquadrão da morte ligado à Unidade de Intervenção Rápida (UIR), subunidade da PRM, reforçando a percepção de que estes grupos actuam com total impunidade.

Posteriormente, os esquadrões da morte passaram a operar em diversas províncias do país, incluindo Zambézia, Nampula, Sofala, Manica e Cabo Delgado. Comandados a partir de esquadrões estratégicos, estes grupos, compostos por dezenas ou centenas de homens armados, actuam de forma coordenada para eliminar jovens suspeitos de participação na organização de manifestações.

Bairros como Polana Caniço, T3 e Luís Cabral, na cidade de Maputo, vivem sob um clima permanente de terror, enquanto o corredor entre Pemba e Montepuez, em Cabo Delgado, se transformou num verdadeiro epicentro de execuções extrajudiciais.

CONCLUSÃO

Os esquadrões da morte constituem uma das mais graves ameaças à democracia e aos direitos humanos em Moçambique. Ao impor o medo como mecanismo de controlo social, estes grupos esvaziam o espaço cívico e corroem os fundamentos do Estado de Direito. Uma democracia não pode coexistir com execuções extrajudiciais, intimidação sistemática e impunidade institucionalizada.

Enquanto os responsáveis por estes crimes não forem identificados e responsabilizados, e enquanto o sector da segurança não for alvo de reformas profundas, Moçambique continuará refém de uma democracia meramente formal, fragilizada pela violência e pela negação efectiva dos direitos fundamentais.

³ <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-suspende-licen%C3%A7as-mineiras-em-manica/a-74192075>

⁴ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/Esquadrões-da-Morte-a-Solta-em-Mocambique-.pdf?fbclid=IwY2xjawJBdJlleHRuA2FlbQlxMAABHcp_oV8UPI19s8xkO_1wflYo0pq_ZUoqXcOtHTZI45y8K0YlyzB1faVLfiw_aem_ZfHdIXIOI529a7MGw6bq3g

⁵ https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/Esquadrões-da-Morte-a-Solta-em-Mocambique-.pdf?fbclid=IwY2xjawJBdJlleHRuA2FlbQlxMAABHcp_oV8UPI19s8xkO_1wflYo0pq_ZUoqXcOtHTZI45y8K0YlyzB1faVLfiw_aem_ZfHdIXIOI529a7MGw6bq3g

⁶ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Assassinato-de-Elvino-Dias-e-Paulo-Guambe-e-um-ataque-a-democracia-aos-direitos-humanos-e-a-luta-pela-justica-eleitoral-.pdf>

⁷ <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/01/Dia-de-tomada-de-posse-de-Daniel-Chapo-marcado-por-violencia-policial-com-dez-mortos-e-dezenas-de-feridos-1.pdf>



MISSÃO

*Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos,
fortalecer a democracia e promover a justiça.*

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: André Mulungu
Autor: Teodato Hunguana
Layout: CDD

Contacto:
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

